

## **LITERATURA INFANTIL E JUVENIL ENTRE A PEDAGOGIA E A ACADEMIA: DEFINIÇÕES, FUNÇÕES E CURADORIA**

## **CHILDREN'S AND YOUTH LITERATURE BETWEEN PEDAGOGY AND ACADEMIA: DEFINITIONS, FUNCTIONS AND CURATION**

Jaqueleine Castilho Machuca<sup>1</sup>

### **RESUMO**

Parte da crítica literária vem tentando, nas últimas décadas, delimitar a natureza e a função da literatura infantil e juvenil. O primeiro problema que se impõe é precisar o surgimento dos textos produzidos para crianças e adolescentes, já que ele converge com nascimento do conceito relativamente recente de infância. Segundo Zilberman (2003), foram as modificações acontecidas durante a Idade Moderna e solidificadas no século XVIII que propiciaram a ascensão de modalidades culturais, como a escola, com sua organização atual e o gênero literário dirigido aos mais jovens. Outra questão que se faz substantiva é diferenciar a literatura infantil da juvenil, uma vez que cada uma delas tem características próprias, como postula Colomer (2017). Seja na pedagogia ou na academia, os textos escritos para crianças e adolescentes transitam entre o papel doutrinador e seu valor estético. Pretende-se, aqui, discutir diferentes posturas teóricas a respeito da atribuição e definição desse objeto, bem como problematizar o papel da curadoria dessas obras, já que elas passam pelo crivo dos adultos antes de chegar ao seu leitor final.

**Palavras-chave:** literatura infantil e juvenil; pedagogia; academia; curadoria.

### **ABSTRACT**

Part of literary criticism has been trying, in recent decades, to define the nature and function of children's and youth literature. The first problem is to specify the rising of texts produced for children and teenagers, as it converges with the birth of the relatively recent concept of childhood. According to Zilberman (2003), it was the changes that took place during the Modern Age and solidified in the 18th century that led to the setting of cultural modalities such as the school with its current organization and the literary genre focused on children. Another important issue is to differentiate children's literature from youth literature, since each of them has its own characteristics, as Colomer (2017) postulates. Between pedagogics and academia, texts written for children and adolescents

---

<sup>1</sup> Professora adjunta de Teoria Literária na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN, Natal). É graduada em Letras Língua Portuguesa/Língua Inglesa, mestra e doutora em Teoria e Crítica Literária. Pesquisa temas relacionados aos estudos feministas, literatura comparada, cinema, ensino de literatura e literatura infanto-juvenil. Contato: [jaquelinecastilhomachuca@gmail.com](mailto:jaquelinecastilhomachuca@gmail.com); Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2607443259820653>

move toward indoctrination and aesthetic values. The aim here is to discuss different theoretical positions regarding the function and definition of this object, as well as to problematize the role of curating these works, once they pass through the adult's trial before reaching their final reader.

**Keywords:** children's and youth literature; pedagogy; academia; curation.

## 1. Introdução

Não é simples precisar o surgimento do que se denomina literatura infantil, já que boa parte dos textos, que futuramente seriam voltados para as crianças, eram provenientes de culturas orais. Mas é possível traçar uma cronologia a partir, sobretudo, de escritores que documentaram histórias dessa tradição oral, como é o caso de Charles Perrault, cuja primeira publicação nessa seara é *Contos da Mãe Gansa*, em 1697; e os irmãos Grimm, já no século XVIII, responsáveis por documentar muitos contos de fadas hoje difundidos como literatura infantil.

O advento de uma literatura específica voltada a esse público está diretamente relacionado às transformações sociais consequentes da modernidade que se delineiam desde o final da Era Medieval. Na esteira dos avanços da Revolução Industrial e das pretensas conquistas democráticas da Revolução Francesa, surge um novo tipo de configuração familiar, dentro da qual a criança passa a ter papel diferenciado – ela deixa de ser vista como uma miniatura de adulto e passa a ser percebida como um sujeito com necessidades próprias. A discussão a respeito dessa fase da vida ganha outros contornos com a consolidação da burguesia e com a eclosão do Romantismo. Regina Zilberman, em *A literatura infantil na escola*, constata que:

Depurada por um idealismo que ignora as circunstâncias presentes na vida infantil, seu caráter utópico foi apregoado e difundido pelo poetas românticos, que a conceberam como um período por excelência da vida, visto que, pela mesma razão, patentearam tanto a impossibilidade de recuperá-la, quanto a irreversibilidade do tempo. Enquanto isso, como a criança verdadeira era ilhada, porque tornada alheia aos meios de produção, e comprimida pelos mais velhos, que assim asseguravam seu prestígio e dominação, foi elaborada uma série de atributos, os quais revestiram a qualificação dos pequenos e reproduziram ideologicamente sua diminuição social: a menoridade, a fragilidade física e moral, a maturidade intelectual e afetiva. (Zilberman, 2003, p.20)

Assim, algo que precisa ser levado em consideração quando tentamos cronologizar a literatura infantil é como esse conceito de infância ganhou os contornos atuais, já que é a partir da imagem que se tem da criança que obras para ela serão produzidas com o crivo, obviamente, dos adultos.

Outro desafio que se impõe é o de distinguir literatura infantil de literatura juvenil, termos que frequentemente aparecem como sendo um mesmo objeto e não o são, pois há particularidades importantes em cada um deles, começando pelo público ao qual eles se destinam: a criança e o adolescente respectivamente<sup>2</sup>. Teresa Colomer (2017, p. 32) diferencia esses dois tipos de literatura, atestando que à medida em que os pequenos crescem, aumenta sua capacidade para estabelecer nexos causais entre ações, sendo eles mais capazes de ordenar o que está ocorrendo no interior do texto. O livro ilustrado, por exemplo, fundamental às crianças não alfabetizadas, em fase de alfabetização ou ainda não proficientes na leitura, vai aos poucos deixando de ser necessário – mesmo que haja títulos dessa modalidade voltados aos jovens e aos adultos.

A autora atesta que a literatura para adolescentes ocupa lugar de fronteira no sistema cultural: fronteira com a literatura infantil que os jovens estão abandonando e com a literatura de grande público também consumida por eles, além dos mundos de ficção audiovisuais disponíveis (Colomer, 2017, p. 242). Assim, é de fundamental importância que a crítica esteja atenta à diferenciação desses dois modelos distintos de configuração literária, anda que haja tópicas convergentes, como se verá a seguir.

Além dessas questões, com o surgimento de novas tecnologias e, principalmente, com o advento das mídias digitais, tanto o fazer literário quanto a recepção dos textos têm se alterado. E é fato que o público infanto-juvenil, em maior ou maior medida, está hiper conectado. A escola, nesse sentido, tem papel fundamental quer seja na formação de

---

<sup>2</sup> Mesmo entre o público infantil é necessário diferenciar textos adequados ou não a determinadas faixas etárias. Há livros para bebês, por exemplo, que privilegiam materiais mais resistentes, como o plástico, e cujo conteúdo é apenas iconográfico. Pode-se mencionar, ainda, as obras voltadas para crianças em fase de alfabetização, nas quais o trabalho gráfico privilegia fontes maiores e bem delimitadas, combinadas a desenhos normalmente correspondentes diretamente às palavras.

leitores críticos, quer seja no letramento (literário e digital) desses sujeitos que inevitavelmente estarão em contato com vídeos no *youtube*, *e-books* e redes sociais.

A questão do letramento, inclusive, é pauta que comparece na discussão de obras para os públicos infantil e juvenil. A escola é um espaço privilegiado, pois em tese conta com profissionais detentores de ferramentas que propiciam a compreensão dos textos em suas múltiplas possibilidades. Além disso, pelo menos no contexto brasileiro, a tentativa de universalização do ingresso no ensino básico foi primordial para o acesso à literatura<sup>3</sup>, seara que, muitas vezes, só chega às crianças e adolescentes por intermédio da escola.

Ainda que Nelly Novaes Coelho, em *Literatura infantil: teoria, análise, didática* (2000), refira-se especificamente aos textos literários voltados para crianças, algumas reflexões ali expostas são substantivas também para as obras ditas juvenis. A autora enumera algumas funções da literatura: a) os estudos literários estimulam o exercício da mente e a percepção do real em suas múltiplas significações; b) o texto literário propicia a consciência do eu em relação ao outro; c) o estudo da literatura dinamiza o conhecimento da língua.

As reflexões de Coelho acenam que a literatura, para além de sua função fruidora, pode ser ferramenta para a percepção de mundo desses sujeitos em formação. No caso específico dos adolescentes, o texto literário pode servir como instrumento para outras ponderações, como as de cunho social, filosófico e cultural.

É preciso, evidentemente, não entender a literatura infantil e juvenil apenas como parte integrante da escola, já que – em um mundo ideal – ela deveria comparecer também em outros ambientes. Ainda que à pedagogia seja atribuído grande papel na apresentação dos textos literários aos mais jovens, a literatura não deve ser aceita apenas com finalidades pragmáticas. Nesse sentido, Zilberman (2003, p. 16) alerta que a literatura infantil não pode ser uma colônia da pedagogia comprometida com a doutrinação. Pelo contrário, é um gênero que, mesmo se inscrevendo tanto na arte como na educação, como objeto, provoca emoções, dá prazer ou diverte, além de modificar a consciência de

---

<sup>3</sup> Ainda que tópicas a respeito da universalização da educação no Brasil tenham surgido antes da proclamação da república em 1889, é apenas na década de 1930, com as Constituições de 1934 e 1937, que a educação é mencionada como um direito de todos os cidadãos, contudo ao Estado cabia apenas a formação primária, como atestam Alencar, Alencar e Junqueira (2020). E é só a partir da Constituição de 1988 que o tema de fato entra na agenda política com a garantia de oferta a diferentes níveis de ensino.

mundo, tendo uma tarefa fundamental na sociedade: “a de servir como agente de formação, seja no espontâneo convívio do leitor/livro, seja no diálogo leitor/texto estimulado pela escola.” (Coelho, 2000, p. 15).

Se os textos voltados para crianças e adolescentes também estão no campo estético da arte, é imprescindível que sejam privilegiados pela teoria literária, já que é da qualidade artística das obras que se retira seu valor. Segundo Zilberman (2003, p. 12) é o enfoque estético que preside a abordagem do livro para crianças, por que somente a realização literária válida rompe os compromissos com a pedagogia e, sobretudo, com a doutrinação e seu emprego em aula ou em qualquer outro cenário desencadeia o alargamento dos horizontes cognitivos do leitor.

Evidentemente que há obras cujo único objetivo é doutrinar, mas há muitas outras em que os sentidos vão além da pedagogização das atitudes, representando a plurissignificação da vida, que não está presa ao certo e ao errado: de tais textos emergem temas caros à humanidade, como amor, ódio, inveja, medo, e é na tessitura proposta pelo autor que tais tópicos se configuram. Isso significa que esse tipo de literatura também deve ser estudado com as ferramentas da teoria literária, ainda que, por vezes, tenha sido marginalizada por esse campo de estudo.

## 2. A curadoria em perspectiva

Uma questão central a ser problematizada é a curadoria dessas obras, já que – sobretudo no caso da criança – é um adulto quem irá escolher o texto que a ela achar mais adequado. Sejam os envolvidos na educação escolar, sejam os tutores desse leitor em formação, a seleção de textos adequados para faixas etárias específicas é sempre desafiadora. Hunt (2010) acredita que uma das dificuldades que se impõe é a necessidade de articular as respostas e os processos receptivos de leitores que não são nossos pares, em termos de experiência e conhecimento. Ou seja, os adultos interessados em livros para crianças precisam fazer o que os profissionais em quase nenhuma outra disciplina fazem: reconsiderar incessantemente os fundamentos – definir, perguntar não só que objeto é esse, mas sobretudo a quem ele se destina. Nesse sentido, a crítica e a teoria podem ser importantes ferramentas.

Outros recursos também podem ser utilizados para auxiliar nessas escolhas, como as premiações e as listas institucionais. Ceccantini e Valente (2013) acreditam que os prêmios, junto à expansão do mercado editorial, contribuem para a institucionalização do gênero [literatura infantil e juvenil *grifo nosso*]. Para os autores “ainda que não se possa creditar ao mercado, inocentemente, as melhores intenções, é preciso observar que os espaços de premiação colocam lado a lado figurações do capital, da crítica, da arte e da leitura em um espaço simbólico propício a discussões de maior envergadura” (p.275).

Algumas premiações não só auxiliam a busca por textos adequados a faixas etárias e interesses específicos, pois contam com júris especializados, mas também validam gêneros historicamente marginalizados, como já foram (ou ainda são?) a poesia, a literatura infantil e a juvenil. No cenário nacional tem-se o Prêmio Jabuti, por exemplo, ligado à Câmara Brasileira do Livro (CBL). É um dos mais prestigiados do país, englobando diferentes categorias, como melhor romance de ficção, melhor coletânea de contos, melhor romance de entretenimento, melhor livro infantil, melhor livro juvenil, melhor livro de poesias entre muitas outras. A primeira edição do prêmio foi em 1959 e desde então ele vem se consolidando como uma das premiações mais importantes do Brasil. Ainda que se possa fazer ressalvas sobre os métodos de seleção, é evidente que a exposição desses textos contribui na divulgação e eventual fortalecimento de autores no cenário nacional.

Desde sua primeira edição, o Jabuti conta com as categorias “Literatura Juvenil” e “Literatura Infantil”, que em 1993 foram fundidas e só voltaram a ser independentes em 2005. Em 2018 houve novamente a fusão que, sob críticas, retornam separadas no ano seguinte e assim continuam até hoje. Nomes como Roger Mello, Angela-Lago e Marina Massarani, por exemplo, figuram como grandes premiados, tendo sido agraciados com o prêmio mais de uma vez na categoria infantil. A seara juvenil conta com nomes importantes da literatura nacional, como Marina Colasanti e Moacyr Scliar.

Enquanto o prêmio Jabuti é uma premiação geral, englobando diversas categorias, incluindo não ficção, as indicações da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ) enfocam textos para crianças e adolescentes, ainda que seu escopo de modalidades seja também muito variado. A premiação existe desde 1975 e apresenta categorias múltiplas, a saber: criança, jovem, imagem, poesia, informativo, tradução

*Revista de Letras Norte@mentos*

Dossiê A literatura infantil e juvenil em novos contextos para novos leitores,  
Sinop, v. 18, n. 53, p. 84-94, julho 2025.

(criança, jovem e informativo), projeto editorial, revelação (autor e ilustrador), melhor ilustração, teatro, livro brinquedo, teórico e reconto.<sup>4</sup> Obras de autores como Ana Maria Machado, Lygia Bojunga, Ruth Rocha e José Paulo Paes figuram na lista da fundação como “altamente recomendáveis”.

Mais específico ainda é o prêmio internacional Hans Christian Andersen, um dos mais prestigiados mundialmente na categoria infanto-juvenil. Ele é organizado pela International Board on Books for Young People (IBBY) e seu objetivo é reconhecer contribuições duradouras à literatura infantil e juvenil em duas categorias: autores e ilustradores. As escritoras brasileiras Ana Maria Machado e Lygia Bojunga já foram agraciadas com a condecoração por seus escritos, tal qual Roger Mello como ilustrador, o que comprova a qualidade dos textos produzidos no Brasil e suas reverberações no exterior.

### **3. A crítica em literatura infantil e juvenil no Brasil**

Vem crescendo no país diferentes posturas críticas na definição da natureza e função da literatura infantil e juvenil, ainda que de maneira tímida. O que justifica a carência de discussão nesse campo é o fato de essa literatura ser relativamente recente enquanto sistema literário no Brasil, como pontuam Lajolo e Zilberman (2022). Ela chega apenas no século XIX, via traduções de textos europeus, com destaque ao trabalho de Figueiredo Pimentel. Obras autorais, com a de Júlia Lopes de Almeida, Thales de Andrade e Olavo Bilac começam a compor o cenário nacional na virada do século. O gênero só se consolida nos idos da década de 1920 com o trabalho de Monteiro Lobato – enquanto escritor e editor de obras para esse público.

Ainda assim, a academia carece de estudos mais robustos e isso também pode se justificar pelo fragmentarismo do processo que, conforme Ceccantini (2004), tem

---

<sup>4</sup> Segundo informações disponíveis no sítio eletrônico da FNLIJ, o órgão recebe das editoras as primeiras edições dos livros publicados, anualmente, para análise e seleção. Depois de lidos, os livros considerados de melhor qualidade são selecionados para fazer parte do Acervo Básico da FNLIJ, criado em 1996 com o objetivo de orientar a compra de um acervo inicial por Secretarias de Educação, escolas e bibliotecas. Desse acervo básico surge a seleção Altamente Recomendáveis/FNLIJ. São os dez melhores livros nas categorias: criança, jovem, imagem, poesia, informativo, tradução (criança, jovem e informativo), cujos escritores, ilustradores, tradutores e editores recebem a láurea Altamente Recomendável, criada em 1975.

impedido que se definam com maior clareza prioridades para a pesquisa da literatura infanto-juvenil, de modo a assegurar a constituição de uma base sólida para que o campo possa de fato avançar. O autor ressalta que a produção teórica e crítica mais sistemática sobre o gênero ocorreu na esteira da expansão do mercado editorial de livros infanto-juvenis e do esforço nacional para o combate ao analfabetismo e a defesa da leitura, num país de tradição iletrada.

É evidente que nos últimos vinte anos muita coisa mudou e os estudos sistematizados da literatura infantil e juvenil são mais robustos que em 2004. Muito se deve pelos esforços das universidades, das instituições de ensino básico de todo o Brasil e também a programas de distribuição de livros mais consistentes. É o caso, por exemplo, do PNLD literário, incorporado ao PNLD (Programa Nacional do livro didático) em 2017, cujo foco é disponibilizar às escolas públicas do país acervos de obras literárias para todos os segmentos da educação básica. O programa conta com uma equipe de curadoria competente, inclusive com docentes da educação superior, creditando a ele – ainda que não sem margem para críticas – uma importante ferramenta para a expansão da literatura para crianças e jovens.<sup>5</sup>

E se o livro chega ao público ao qual ele se destina, a crítica consegue, de maneira mais madura, analisar a receptividade de determinadas obras e traçar teorias coerentes a esse objeto de tão difícil definição. Além disso, a partir das ocorrências em feiras literárias, cujo público infanto-juvenil vem crescendo a cada ano, com apresentações de contação de histórias e *workshops* específicos, junto à observação da sala de aula, no diálogo direto com os atores – quer sejam os estudantes ou seus professores – traçam-se perfis variados de leitores com o intuito de aprimorar as escolhas com foco, sempre, na promoção da fruição literária dentro e fora da escola.

Mas isso perpassa questões substantivas, como definir o que é literatura infantil ou juvenil em um primeiro momento. Hunt (2010, p. 100) pondera que esse desejo por definição pode parecer uma demarcação de território, mas apenas na medida em que o

---

<sup>5</sup> A incorporação do PNLD literário em 2017 é parte das ações de políticas públicas voltadas para a democratização da literatura/leitura na escola. Anteriormente, era o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), criado em 1997, o responsável pela seleção e distribuição de obras literárias para as instituições de ensino. Com a descontinuação do programa em 2014, houve a necessidade de uma nova proposta que só se consolida em 2017.

objeto necessita alguma delimitação para ser manejável, já que o livro para esse público pode ser definido em termos de leitor implícito, pois é claro a quem se destina. Assim, é preciso que se interroge se os meios utilizados para a análise literária de textos outros que não os infantis e juvenis devem ser os mesmos.

Coelho (2000, p. 61) observa que na prática atual têm predominado os métodos descritivos e formalistas, junto aos estudos culturais. Se em 2000 essa era a metodologia usual, em 2025 o cenário já é outro. Há diversas formas de estudar literatura infantil e juvenil: existem searas profícuas como as teorias da psicanálise, o feminismo, a sociologia, a antropologia, a filosofia, entre muitas outras possibilidades. Contudo, não se deve perder de vista a configuração do texto, que conta com especificidades em decorrência dos seus potenciais receptores. Os sentidos e desdobramentos da obra, embora partam do estético, não estão desvinculados do momento histórico em que foram produzidos, ainda que se deva evitar nas leituras os possíveis anacronismos.

#### **4. Caminhos possíveis**

Embora não haja um consenso de qual é a função da literatura infantil e juvenil, como também não há para a literatura “adulta”, Teresa Colomer (2017, p. 20) traz algumas reflexões interessantes: esse tipo de produção deve iniciar o acesso ao imaginário compartilhado por uma determinada sociedade. Além disso, cabe também aos textos literários desenvolver o domínio da linguagem através das formas narrativas, poéticas e dramáticas do discurso literário. Socialmente, a literatura também tem relevância, pois oferece uma representação articulada do mundo e pode servir como instrumento de socialização para novas gerações.

Na educação sua função é evidente: ser uma das ferramentas não só da alfabetização e dos múltiplos letramentos, mas da expansão da visão de mundo e de posturas críticas frente aos textos e à vivência em sociedade.

Se o conceito de infância é uma criação burguesa, sua definição muda tal como muda o entendimento das infâncias do passado (Hunt, 2010, p. 94). A conceituação da infância e da adolescência é um produto de um contexto histórico, cujos desdobramentos ficam mais evidentes a partir do século XIX – no qual a configuração familiar se altera e

a criança passa a ter um papel central. Regina Zilberman (2003, p.15) comenta que antes da constituição do modelo de família burguês inexistia uma consideração especial para com a infância. Ou seja, essa faixa etária não era percebida como um tempo diferente, nem o mundo da criança como um espaço separado. A nova valorização da infância gerou maior união familiar, mas igualmente meios de controle do desenvolvimento intelectual da criança e manipulação de suas emoções. Literatura infantil e escola, inventada a primeira e reformada a segunda, são convocadas para cumprir essa missão, atesta a autora.

As novas tessituras da contemporaneidade também precisam ser discutidas: *video games*, *tiktok*, *youtube* e toda a sorte de mídias e tecnologias fazem parte do cotidiano de crianças e adolescentes e ignorá-las não é uma opção para a pesquisa crítica. Maria Zilda da Cunha (2009, p. 181) problematiza as hipermídias e atesta que o grande poder delas está na convergência entre matrizes de pensamento e linguagem, na hibridização das mídias acionadas por elas, na mistura de sentidos receptores e na sinestesia reverberante conforme o receptor interage, cooperando na sua realização. A pesquisadora acredita que a hipermídia é uma linguagem que necessita a criação de uma nova sintaxe em uma malha multidirecional.

Desta feita, é ímpar que façamos algumas reflexões: a) os textos produzidos com foco em crianças e adolescentes tendem a se alterar caso as categorias (infância/adolescência) sejam revisitadas? b) a literatura, enquanto arte, independe das definições de quem é seu receptor, cabendo apenas a ela *ser*? c) como as novas tecnologias e mídias influenciam no fazer e na recepção da literatura?

Esse brevíssimo questionamento não pretende encontrar respostas prontas, mas é fato que tanto a escola quanto a academia têm papel preponderante na definição da natureza e função da literatura infantil e juvenil, ainda que caiba aos autores que a produzam e aos leitores que a fruam.

## Referências

ALENCAR, Diego Pinheiro; ALENCAR, Juheina Lacerda Ribeiro Viana, JUNQUEIRA, Adenilda Rodrigues da Silva. “Universalização da educação nos municípios brasileiros” In: *Mercator*, Fortaleza, v.19, e19017, 2020. ISSN:1984-2201. Disponível em:

*Revista de Letras Norte@mentos*

Dossiê **A literatura infantil e juvenil em novos contextos para novos leitores**, Sinop, v. 18, n. 53, p. 84-94, julho 2025.

<https://www.scielo.br/j/mercator/a/jMGP3HVgXtt6fHg4scXDbyx/?format=pdf&lang=pt> Data de consulta: 13/10/2024

CECCANTINI, João Luís; VALENTE, Thiago Alves. “Atestado de maioridade: prêmios para a literatura infantil e juvenil brasileira”. In: RECHOU, Blanca-Ana (org). *Prêmios literários e de ilustración na LIX*. Edicións Verais de Galicia, 2013.

CECCANTINI, João Luís. “Perspectivas de pesquisa em literatura infanto-juvenil”. In: CECCANTINI, João Luís (org). *Leitura e Literatura infanto-juvenil: Memória de Gramado*. São Paulo: Cultura Acadêmica, Assis/SP/ANEP, 2004.

COELHO, Nelly Novaes. *Literatura infantil*: teoria, análise, didática. São Paulo: Moderna, 2000.

COLOMER, Teresa. *Introdução à literatura infantil e juvenil atual*. Tradução: Laura Sandroni. São Paulo: Global, 2017.

CUNHA, Maria Zilda da. *Na tessitura dos signos contemporâneos: novos olhares para a literatura infantil e juvenil*. São Paulo: Editora Humanitas; Paulinas, 2009.

HUNT, Peter. *Crítica, teoria e literatura infantil*. Tradução: Cid Knipel. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *Literatura infantil brasileira: História e Histórias*. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

ZILBERMAN, Regina. *A literatura infantil na escola*. São Paulo: Global, 2003

Recebido em: 28 de março de 2025

Aceito em: 02 de junho de 2025

*Revista de Letras Norte@mentos*

Dossiê **A literatura infantil e juvenil em novos contextos para novos leitores**,  
Sinop, v. 18, n. 53, p. 84-94, julho 2025.